

# **DIVERSIDADE E CULTURA INDÍGENA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA COM ALUNOS DO IF BAIANO – CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS**

Prof.<sup>a</sup> Me Marta Regina Lima Pereira Kurosaki - IF BAIANO  
[marta.pereira@teixeira.ifbaiano.edu.br](mailto:marta.pereira@teixeira.ifbaiano.edu.br)

Prof. Me Renato Pereira Aurélio - IF BAIANO  
[renato.aurelio@teixeira.ifbaiano.edu.br](mailto:renato.aurelio@teixeira.ifbaiano.edu.br)

O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos relacionados à diversidade cultural indígena, com vistas à superação do pensamento e atitude hegemônicos, através da inserção de práticas significativas voltadas para esta finalidade nas escolas. Neste caso específico, serão apresentados os resultados de uma atividade realizada com 25 alunos do 3º Ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, no IF Baiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Teixeira de Freitas, culminando com uma pesquisa de campo realizada numa visita à Aldeia Tibá, etnia Pataxó, situada em Cumuruxatiba, Distrito de Prado-BA. A realização da pesquisa foi proposta no âmbito dos componentes curriculares *Língua Portuguesa, Literatura e Produção de Textos* e *Metodologia Científica*, considerando-se a necessidade de desenvolvimento da investigação em torno da ciência e da cultura. Para tanto, é feita uma breve constituição sobre o assunto, evidenciando de que maneira a diversidade tem ganhado espaço na atualidade, conforme postulados de Batista (2000; 2010), Freire (2004), Grupioni (2004) e INEP (2007). São abordados aspectos como a negação histórica do direito dos índios à territorialidade, bem como, questões relacionadas à interculturalidade. Em seguida, apresentam-se alguns dispositivos legais que amparam o ensino da diversidade e cultura indígenas em todos os níveis, a partir do que determina a Lei 11.645/08. Para a metodologia são utilizados os postulados de Lakatos & Marconi (1991), no que se refere à pesquisa qualitativa de caráter antropológico. Além da investigação bibliográfica, a pesquisa de campo e a aplicação de questionário fazem parte do estudo. Utiliza-se, ainda, a vertente etnográfica, devido ao contato entre diferentes culturas (ANDRÉ, 2005). Por fim, são apresentados os resultados do estudo, com a caracterização da pesquisa de campo, além da análise e discussão dos resultados.

**Palavras-chave:** Educação; Diversidade; Interculturalidade; Povos Indígenas.

## **1 INTRODUÇÃO**

O interesse em propor a pesquisa inicia-se com as reflexões em torno da importância de promover um debate contínuo sobre a diversidade cultural no ambiente escolar, considerando-se aspectos como a Lei 11.645/2008, que determina a inserção da história e cultura indígena no currículo das escolas públicas e privadas do Brasil.

Sendo o IF Baiano – Campus Teixeira de Freitas, situado numa região estratégica, relativamente próxima a algumas aldeias da etnia Pataxó, tornou-se possível vislumbrar a atividade de aprofundamento e reflexão sobre essa temática com os educandos do 3º Ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado. Através de uma pesquisa de campo, os alunos vivenciaram assuntos abordados em sala de aula.

Para além das práticas normativas, esta ação não assumiu apenas um caráter de obrigatoriedade, como sugere a determinação prevista na alteração da LDB 9394/96. Antes disso, objetivou proporcionar aos educandos e educadores a experiência da alteridade<sup>1</sup>, em que cada indivíduo tem a oportunidade de imergir na cultura do “outro”, podendo, assim, reavaliar suas certezas e convicções.

Neste artigo será realizada, primeiramente, uma abordagem teórica sobre a diversidade cultural, com ênfase para questão indígena. Em seguida, serão elencados alguns dispositivos legais que têm amparado as discussões sobre a educação indígena, neste caso específico, com relação ao ensino da história e cultura indígena na escola regular. Por fim, é apresentado o percurso da pesquisa, que envolveu uma visita dos alunos à Aldeia Tibá, etnia Pataxó, situada em Cumuruxatiba, Distrito de Prado-BA.

## **2 ASPECTOS DA DIVERSIDADE E CULTURA INDÍGENA**

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007, p.15) “a educação escolar indígena é uma modalidade de ensino que vem recebendo um tratamento especial por parte do Ministério da Educação. Encontra-se alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade”, e tem como objetivo assegurar a oferta de uma educação de qualidade aos povos indígenas. “Não obstante, a temática da formação ganha cada vez mais força na pauta de atuação do movimento indígena no país, à medida que se percebe sua importância para a construção de escolas ‘verdadeiramente indígenas’” (GRUPIONI, 2004, p. 45).

Neste sentido, a educação dos povos indígenas é caracterizada por ser comunitária, específica, diferenciada, intercultural e multilíngue, sendo que o acesso aos conhecimentos universais ocorre, quase sempre, através do português, sua segunda língua, devido ao processo de aculturação. Por outro lado, torna-se necessário promover a valorização da sua língua materna, uma vez que os saberes tradicionais devem ser reafirmados. O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007) e da Secretaria de Educação Continuada, vem discutindo sobre a

---

<sup>1</sup> Abbagnano (1998) afirma que a palavra *alteridade* palavra é derivada do latim *alteritas* e para a filosofia significa ser, colocar ou constituir-se como o outro. Deste conceito depreende-se o processo de valorização, identificação e diálogo com esse outro enquanto condição fundamental para o desenvolvimento das relações sociais.

diversidade sociocultural do Brasil, considerando-se que existem mais de 220 povos indígenas distintos, que habitam centenas de aldeias localizadas em quase todos os estados. Frente a este quadro, o trabalho sobre a diversidade cultural se torna uma tarefa primordial para os professores de todas as séries.

O censo realizado pelo IBGE (2000) revelou que a população indígena brasileira seria de 734.131 indivíduos. “Esse total é questionado por especialistas, uma vez que o IBGE chegou a ele por meio do quesito cor de pele, e não por meio da auto-identificação étnica” (INEP, 2007, p 16). Portanto, necessário se faz realizar estudos constantes, como forma de conhecer a realidade do país, a partir de um maior detalhamento dos aspectos étnicos regionais.

Segundo alguns órgãos públicos e não governamentais, cerca de 350 a 500 mil indivíduos habitam em terras indígenas descontínuas. O que revela um processo de resistência diante da história de negação aos seus direitos, inclusive, à vida, considerando-se a dizimação dos nativos desde 1500, quando a população estimada era de seis milhões de índios. Além da luta pelo reconhecimento territorial, que muitas vezes dá origem a conflitos e demanda ações efetivas por parte do poder público, outro elemento também importante para a afirmação cultural merece uma maior atenção e requer esforços por parte das comunidades e dos seus descendentes no sentido de permitirem a contínua reconstrução da identidade indígena. Trata-se da questão sociolinguística.

Hoje são conhecidas 180 línguas indígenas, distribuídas em 41 famílias, dois troncos lingüísticos e dez línguas isoladas. Alguns povos indígenas falam mais de uma língua, outros são monolíngües, quer na língua indígena, quer no português, como é o caso de vários povos que habitam próximo ao litoral, para os quais hoje o português é sua única língua de expressão (INEP, 2007, p. 16).

Em meio a este quadro, torna-se necessário buscar estratégias para educar as pessoas no sentido de que possam respeitar e conviver com as diferenças, mas sem deixar de lado a consciência sobre as assimetrias constitutivas da sociedade. No trabalho em sala de aula, podemos dividir esse desafio em duas etapas: i) sensibilização dos envolvidos, com a apresentação dos conceitos e princípios que devem ser conhecidos, de modo que cada um perceba a importância de si e do outro e ii) desenvolvimento de atividades teórico-práticas, como leituras e pesquisas de campo, como forma de vivenciar a experiência da alteridade, numa perspectiva intercultural.

O conceito de interculturalidade neste contexto significa, sobretudo, “a relação simétrica entre uma cultura indígena e a chamada cultura ocidental” ou “diálogo respeitoso e equilibrado entre culturas”. Entretanto, para que aconteça uma efetiva

inter-relação cultural, há uma condição: devolver dignidade às culturas indígenas, reconhecendo a validade de suas contribuições no campo do conhecimento, da arte, da literatura, da religião, sistematizando e incorporando essas contribuições à escola e à vida social (FREIRE, 2004, p. 31).

Tomando por base a etnogênese, que permite a análise de processos sociais e políticos das minorias, geralmente subjugadas pela classe dominante, a Sociopoética tem se consolidado como dispositivo metodológico para as pesquisas que privilegiam a emergência dos saberes de grupos historicamente oprimidos. Dentre os cinco princípios epistemológico-metodológicos relativos a esta técnica, cumpre ressaltar o segundo, que visa a garantir a manifestação dos oprimidos, refletindo “a crença na equivalência das culturas de seus saberes e suas práticas. Por isso, valoriza e assume, como ponto de partida, a valorização dos conceitos e das noções dos grupos e das culturas supostamente dominadas e de resistência” (BATISTA, 2010, p. 139).

Para que estes desafios em torno do reconhecimento da diversidade cultural indígena se concretizem, é necessário que os sujeitos envolvidos no processo redescubram e reconstruam sua realidade, a partir de um trabalho educativo interdisciplinar da escola, refletindo sobre as implicações que tais atitudes estabelecerão em suas vidas. Isto porque a sala de aula constitui espaço para o encontro das diferenças. E não raras as vezes, há alunos de etnia indígena. Deste modo, toda a comunidade escolar é convidada a participar das ações voltadas para a valorização da diversidade indígena, uma vez que precisamos romper com o preconceito e reconstituir a nossa trajetória histórica, com vistas à consolidação dos aspectos identitários.

### **3 LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO DA DIVERSIDADE E CULTURA INDÍGENA**

O estabelecimento de ações afirmativas no campo da diversidade perpassa pela necessidade de amparo da legislação. No Brasil, a Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 ficou conhecida como Estatuto do Índio. O artigo 2º aponta que é responsabilidade do Estado e dos Municípios, bem como dos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, promover a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos.

A Constituição de 1988 garantiu aos índios o direito à preservação de sua etnia, manifesta através das suas línguas, culturas e tradições. A partir de então, a língua materna foi reconhecida como dispositivo legítimo para o desenvolvimento da aprendizagem, demonstrando a “possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação

étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração” (GRUPIONI, 2004, p. 88).

No ano de 1991 foi publicado o Decreto nº 26/91, de modo que a Educação Escolar Indígena deixou de ser atribuição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passando a ser de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), com a operacionalização das Secretarias de Educação dos estados e municípios. Posteriormente, algumas legislações, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação, garantiram o direito a uma educação diferenciada aos povos indígenas, estabelecendo a possibilidade de utilização da língua materna.

Estes instrumentos legais garantem que os saberes tradicionais sejam preservados e inseridos nos processo de ensino-aprendizagem, inclusive com a formação de professores-indígenas em programas específicos, para atuarem nas escolas de suas comunidades. Mas também é importante saber de que maneira a legislação tem contribuído para a adoção de práticas relevantes sobre a questão indígena em todas as instituições públicas e privadas do país, uma vez que a escola, por meio das práticas hegemônicas, muitas vezes, escamoteia a realidade, minimizando as diferenças e reproduzindo os discursos e práticas dominantes.

Nesta perspectiva, a Lei 10.639/03, que obriga o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições públicas e privadas foi uma ação fundamental para a mudança desse paradigma. Nesta mesma direção, alguns anos depois, este dispositivo foi alterado pela Lei 11.645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena nas escolas, com a nova redação dada ao Art. 26-A da LDB 9.394/96, ao determinar que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008).

## **4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

### **4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para a concretização dos resultados desta experiência interdisciplinar, utilizou-se a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa (LAKATOS & MARCONI, 1991), de cunho antropológico, predominando aspectos descritivos como recurso de análise, através de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e aplicação de questionários aos discentes.

Pode-se caracterizar a presente proposta, ainda, como estudo de tipo etnográfico, que segundo André (2005) é usado “quando (1) há interesse em conhecer uma instância em particular (2) pretende-se compreender profundamente essa instância particular em sua complexidade e totalidade; e (3) busca-se retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural” (ANDRÉ, 2005, p. 31).

O objetivo de realizar um estudo qualitativo-etnográfico justifica-se pela sua abrangência e consideração à multiplicidade de significados que contemplam o contexto e objeto da investigação, pois foi utilizada a pesquisa de campo, através da visita à Aldeia Tibá, etnia Pataxó, em que os alunos realizaram observações e interagiram com os indígenas. Em seguida, responderam a um questionário, contendo 8 questões objetivas e 3 questões discursivas, cujos resultados foram tabulados e discutidos, sendo apresentados posteriormente.

#### 4.2 A REALIZAÇÃO DA VISITA À ALDEIA TIBÁ, ETNIA PATAXÓ

No início do mês de fevereiro de 2014, foi estabelecido o contato com a Prof.<sup>a</sup> Me Maria Geovanda Batista, docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus X – Teixeira de Freitas, por se tratar de uma referência no campo das pesquisas e militância pela causa indígena. A pesquisadora, então, se prontificou a colaborar e, devido a sua credibilidade, encaminhou a proposta ao Sr. José Fragoso, Cacique da Aldeia Tibá, etnia Pataxó, situada em terras sobrepostas pelo Parque Nacional do Descobrimento (PND)<sup>2</sup>, em Cumuruxatiba, Distrito de Prado – BA, de modo que ele aceitou dialogar com os professores Marta Regina Lima Pereira Kurosaki e Renato Pereira Aurélio, proponentes da atividade. Na Aldeia atualmente vivem 37 famílias, com mais de 150 indivíduos.

Estabelecido o contato, o Cacique explanou um pouco sobre as condições da Aldeia Tibá, suas limitações, bem como, os procedimentos para o acesso à comunidade. Desse modo, foi marcada a Viagem Temática para o dia 22 de fevereiro de 2014. Para tanto, foram

---

<sup>2</sup> Batista (2010) discute sobre a relação entre o direito dos índios ao território e a criação do PND em 1999, por tratar-se de uma “Unidade de Conservação, que a rigor dos fatos, das fontes e da legislação, foi criado em sobreposição às suas terras, invadidas e griladas pela empresa BRALANDA, sendo expulsos seus habitantes imemoriais, com muitas formas de violência, mortes, chacinas e práticas etnocidas, segundo consta na petição que contesta o Relatório Circunstanciado de Identificação da Denominada Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (Processo Administrativo nº 082620002556/82-FUNAI), protocolada em Brasília pelas lideranças Pataxó, junto ao presidente da FUNAI, Márcio Augusto Freitas de Meira, em 02 de junho de 2008” (BATISTA, 2010, p. 137-138).

providenciados os trâmites institucionais para a liberação de transporte e autorizações para viagem, bem como, a mobilização dos professores e alunos do 3º Ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado.

A turma foi previamente orientada, a partir das aulas de *Língua Portuguesa, Literatura e Produção de Textos*, ministrada pelo Prof. Renato Pereira Aurélio e *Metodologia Científica*, Marta Regina Lima Pereira Kurosaki, sendo que foi demonstrada a importância de estabelecer o olhar crítico sobre questões como a territorialidade, o confronto entre a visão idealizada e a realidade vivenciada pelos povos indígenas, além do significado que teve para eles a realização da pesquisa. Com tudo encaminhado, a visita foi realizada de forma tranquila e organizada. Tendo saído de Teixeira de Freitas na data prevista (22 de fevereiro de 2014) por volta das 07h45min, o grupo chegou a Cumuruxatiba às 10h. Os 25 alunos e os 5 professores adentraram à Aldeia Tibá às 10:35h.

Primeiramente, o Cacique José Fragoso, juntamente com a comunidade (cerca de 50 pessoas, entre crianças e adultos) recebeu a equipe, conduzindo os integrantes a um quintal comum às casas, onde as mulheres haviam preparado comidas típicas como *bolo de tapioca*, *bolo de puba*, *peixe assado na patioba*<sup>3</sup> e o *cauim*, uma bebida feita a partir do milho. A saber, uma atitude que demonstra o espírito de hospitalidade, característico dos Pataxó. Na apresentação dos professores, o docente Renato Pereira Aurélio explicou o interesse em realizar a visita, ponderando sobre as questões relativas ao multiculturalismo. Destacou que o grupo não estava ali para “consumir” a cultura dos povos nativos, mas para vivenciar por alguns momentos, os aspectos da vida na Aldeia Tibá, concretizando a experiência da alteridade.

Em seguida, o Cacique José Fragoso reiterou a disposição da comunidade em receber o grupo. Relatou um pouco sobre a luta dos povos para consolidação nos territórios imemoriais e falou ainda sobre a necessidade do contato com o “homem branco”, no sentido de que deixem de lado os preconceitos e procurem saber como são e como vivem os Pataxó da Aldeia Tibá e de outras aldeias da região. Após as apresentações, o grupo de professores e alunos do IF Baiano foi conduzido à visitação, pelo Cacique José Fragoso. Primeiramente, ele convidou a todos para *hamiã*<sup>4</sup>, Caminhando pela mata, o grupo chegou a uma clareira, o local utilizado para orações e manifestações culturais. Assentados em bancos improvisados, os expectadores acompanharam os rituais.

---

<sup>3</sup> Espécie de palmeira, também chamada *pati* (AULETE DIGITAL).

<sup>4</sup> Palavra de origem indígena que significa cantar, dançar, se alegrar (BATISTA, 2000, p. 10).

Para iniciar, os Pataxó prostraram-se diante da natureza à sua volta e realizaram suas orações, com cantos sagrados. Em seguida, levantaram-se e começaram a dançar, numa grande roda. Os nativos de todas as idades iam cantando, motivados pelo desejo de brincar, envolvendo corpo e alma no *Auê*<sup>5</sup>. Os índios cantaram, confraternizando com os visitantes, num clima de alegria e paz, característico da comunidade Pataxó. Houve um momento em que o grupo-pesquisador, espontaneamente, começou a interagir, entrando na roda com os Pataxó. Um momento de experimentação daquela realidade, em que professores e alunos vivenciaram a alteridade.

Após este momento, alguns representantes da Aldeia Tibá brincaram no meio da grande roda, com rituais e lutas tradicionais. Interessante notar que tanto crianças, quanto jovens e adultos participaram daquele momento. Alguns alunos do IF Baiano não resistiram ao desafio e também participaram das brincadeiras, juntamente com os Pataxó, num processo de inteira integração. Em seguida, o grupo-pesquisador foi conduzido pelo Cacique José Fragoso a alguns lugares importantes da Aldeia Tibá. Vimos algumas plantações para subsistência, em que eles utilizam os métodos tradicionais. Do mesmo modo, também fomos conduzidos a uma nascente, cuja preservação revela a característica peculiar de valorização e cuidado com a natureza.

Os professores e alunos também conheceram um espaço cultural destinado à produção e comercialização de objetos representativos da cultura Pataxó, tais como cocares, zarabatanas, arco e flecha etc. Uma experiência bastante enriquecedora, uma vez que a maioria é preparada a partir daquilo que a mata oferece: madeira, sementes, cipó, penas de aves etc. Por volta das 14h30min o grupo retornou ao quintal onde havia sido recebido pelo Cacique José Fragoso. Neste momento, os professores e alunos fizeram seus agradecimentos, diante da oportunidade de conhecer um pouco sobre a vida na Aldeia Tibá, com suas limitações e estratégias de resistência.

### 4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

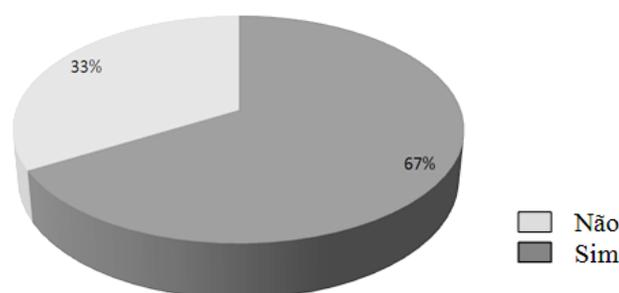
Considerando-se os pressupostos anteriormente apresentados, foi possível discutir com os educandos, após a visita, diversos aspectos relacionados ao que já havíamos estudado em sala de aula, comparando-se o teor dos textos informativos e literários ao que eles

---

<sup>5</sup> Espécies de ritornelos, envolvendo cantos e danças sagrados dos Pataxó, a exemplo do trecho “tava lá na mata fraquejando, índio guerreiro passou me chamando...” (BATISTA, 2010, p. 137).

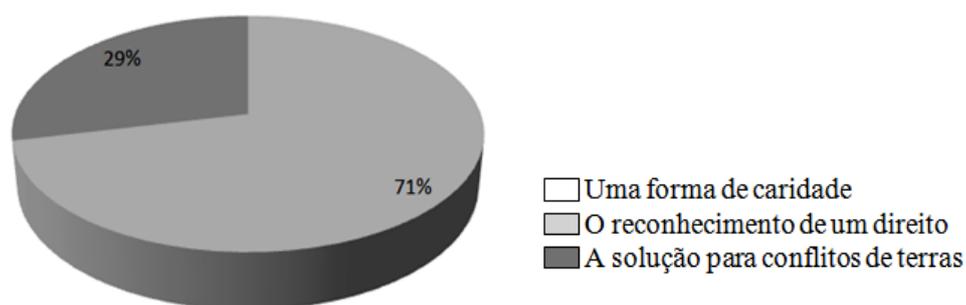
vivenciaram na prática. Salienta-se que dos 25 alunos que participaram da viagem, cerca de 21 responderam ao questionário. Como forma de demonstrar a percepção dos educandos sobre esta questão, serão apresentados as seguir alguns dados obtidos após a visita à Aldeia Tibá e a socialização da experiência, em sala de aula. Momento em que os alunos responderam ao questionário, evidenciando alguns aspectos importantes que nos ajudam a refletir sobre a importância do ensino da diversidade e cultura indígena na escola. Para este artigo, foram considerados os resultados de três questões objetivas. Vejamos:

**Você já havia estudado sobre a história e a cultura indígena na escola?**



Observa-se que neste quesito cerca de 33% dos alunos afirmaram nunca terem participado de uma visita com este objetivo. O fato de a grande maioria já ter tido esta experiência constitui um aspecto positivo. Mas se refere a um universo muito pequeno. Necessário se faz investir em estratégias para que outros educandos, tanto do IF Baiano quanto de outras instituições públicas e privadas também participem de atividade desta natureza, possibilitando uma “heterogeneidade de situações de contato e convívio” com os povos indígenas (INEP, 2007, p. 16).

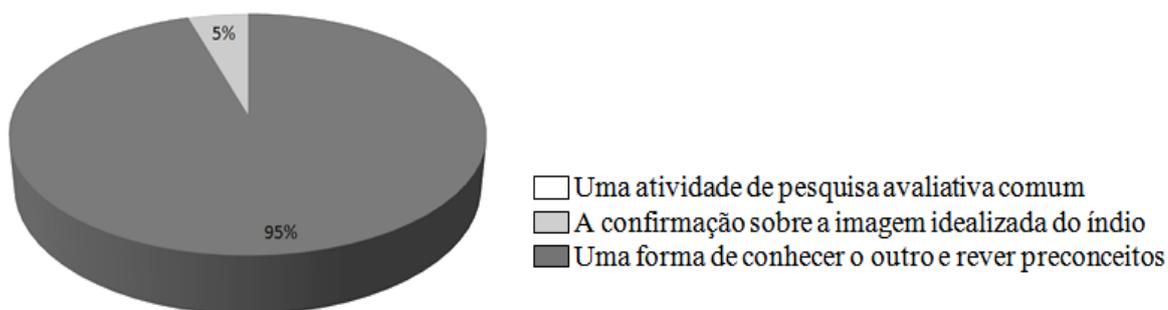
**O que representa a demarcação das terras indígenas, em sua opinião?**



Nesta questão, ficou claro que a maior parte dos educandos reconhece o direito dos povos indígenas ao seu território de origem, muito embora 29% acredite que esta ação, por parte do governo, signifique apenas uma solução para evitar conflitos entre índios e fazendeiros, como acontece em muitos lugares.

No contexto específico do Nordeste brasileiro, os povos indígenas, a exemplo dos Pataxó, vêm lutando pela preservação do seu seus territórios imemoriais, “suas identidades e tradições etnoculturais, que dependem de que nossas representações sobre eles sejam desconstruídas e transformadas para que possa haver verdadeiramente um processo de justiça e de diálogo entre nós e eles” (BATISTA, 2010, p. 137).

#### O quê esta experiência representou para você?



Cerca de 5% dos alunos afirmaram que a experiência serviu para que pudessem confirmar a imagem estereotipada dos índios, comum na sociedade. Esta indicação tem relações com a condição ainda não totalmente superada, em que as assimetrias colaboram para a reprodução de elementos provenientes da classe dominante, influenciando diretamente a sociedade, como um todo. Deste modo, no imaginário popular, o índio muitas vezes é visto como uma figura mítica, que deve ser lembrada apenas no dia 19 de abril.

Há ainda a visão puramente negativa, diante da preocupação de muitas pessoas com relação ao contato com os índios. Para exemplificar, podemos nos reportar a duas realidades conhecidas. Ora, os grandes latifundiários que temem a “invasão” de suas terras. Ora os habitantes da cidade, que receiam a interrupção do sossego, quando algum grupo de indígenas “misteriosamente” aparece no município, perambulando como mendigos.

Tais atitudes afiliam-se, ainda, às posturas hegemônicas presentes no Brasil desde o processo de colonização. Fazem parte de “construções ideológicas de desvalorização da imagem do outro, feitas pelo branco europeu, que foram inseridas nos currículos escolares, e

se perpetuaram por muitos séculos. Contribuindo para o massacre cultural dos povos indígenas” (ÂNGELO 2006, p. 208).

Observou-se que 95% dos alunos consideraram a experiência relevante, uma vez que puderam revisitar suas certezas e preconceitos, conhecendo e reconhecendo o outro, que é diferente, assim como nós. Diante deste resultado, avalia-se que a experiência foi relevante, “contribuindo para a valorização da diversidade e a construção de um senso respeito recíproco entre os grupos que conformam esta rica geografia de identidades culturais denominada Brasil” (SILVA JR, 2002, p.10).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, procuramos refletir sobre alguns aspectos relacionados à diversidade cultural indígena, considerando a responsabilidade da escola em abordar esta temática a partir de um currículo diferenciado, em todas as séries e níveis. Com os avanços das discussões em torno desta questão, observou-se a ampliação do debate, permitindo a consolidação sobre o respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade. O que envolve o exercício pleno da alteridade, seja na escola ou em outros espaços sociais.

Diante do papel da escola no sentido de promover a reflexão contínua sobre as assimetrias sociais, olhando para a nossa própria história, marcada pela opressão de alguns grupos desde a época da colonização, algumas legislações têm preconizado o respeito e a valorização da diversidade, neste caso específico, sobre a história e cultura indígenas. É o caso da Constituição de 1988, ao garantir a este grupo, o direito à preservação de sua suas raízes.

Com o processo de aculturação sofrido pelos povos indígenas, a imposição hegemônica de outros elementos como a língua representa o desrespeito a esta minoria, que quase sempre permanece à margem da sociedade. Daí a necessidade de se realizar pesquisas sobre a realidade do país, observando-se os aspectos étnicos regionais. A saber, uma tarefa que deve ser implementada pela escola de maneira interdisciplinar, envolvendo professores e alunos na busca pela superação de práticas dominantes.

Os dados do INEP (2007) revelam que existem mais de 220 povos indígenas espalhados pelo Brasil, sendo a população indígena brasileira estimada em 734.131 indivíduos, conforme dados do IBGE (2000). Ainda que estes dados não sejam totalmente precisos, conforme visto na discussão teórica, verifica-se que eles apontam para a diversidade

sociocultural do Brasil, colaborando para impulsionar as discussões e práticas efetivas em torno desta questão no ambiente escolar.

A Lei 11.645/08 deu nova redação ao Art. 2-A da LDB 9394/96, determinando que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Amparados por este preceito legal e também pelo interesse em conhecer a realidade constitutiva da nossa região foi que propomos esta pesquisa interdisciplinar, refletindo sobre a luta dos povos indígenas em nossa região.

A realização das investigações e reflexões sobre a diversidade e cultura indígenas com os alunos do 3º Ano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, no IF Baiano – Campus Teixeira de Freitas e, posteriormente, a pesquisa de campo, na Aldeia Tibá, etnia Pataxó, situada em Cumuruxatiba, foi de extrema relevância para a conscientização de alunos e professores. Espera-se que esta experiência possa contribuir para que o grupo adote práticas contínuas de alteridade, influenciando, também, as pessoas à sua volta. Do mesmo modo, pretende-se dar continuidade a este trabalho, com a realização de outras pesquisas acerca da questão indígena no campo da teoria e da prática e numa perspectiva interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANDRÉ, Marli E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**: Dicionário Caldas Aulete, VS online. Acesso em 20 mai 2014.

ÂNGELO, Francisca Novantino P. de. **A educação escolar indígena e a diversidade cultural no Brasil**. In: GRUPIONI, Luis Donisete B. (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília, DF: MEC; UNESCO 2006. v. 1. p. 207-215.

BATISTA, Maria Geovanda. **Processos de Etnogênese dos Pataxó em Cumuruxatiba no Município do Prado-BA**. In: Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 33, p. 135-145, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Processos de Etnogênese dos Pataxó em Cumuruxatiba no Município do Prado-BA**. In: Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 33, p. 135-145, jan./jun. 2010.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de marco de 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em 20 mai 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 20 mai 2014.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em 20 mai 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em 20 mai 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos.** In: Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

GRUPIONI , Luís Donisete Benzi. **Um território ainda a conquistar.** In: Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil.** Brasília: MEC, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. SÃO PAULO: Atlas, 1991.

SILVA JR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas:** entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.